

A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO E A INTEGRAÇÃO REGIONAL*

CLÁUDIO FINKELSTEIN

Professor Assistente de Direito das Relações Econômicas Internacionais de Pós-Graduação da PUC-SP. Ex-Professor de Direito Comercial da Universidade Mackenzie. Diretor do Departamento de Direito Internacional do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional.

A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO E A INTEGRAÇÃO REGIONAL

O assunto ao qual nos dedicaremos nas páginas a seguir diz respeito a um dos mais envolventes temas do Direito Internacional moderno, o fenômeno da integração regional.

Parece-me, no entanto, que alguns conceitos arraigados nas mentes daqueles que estudam e interessam-se pela matéria deverão ser revistos vez que, em minha interpretação, o estudo do fenômeno integracionista, assim como visto hoje, não mais faz parte da cadeira de Direito Internacional Público ou Privado, e sim de uma nova cadeira autônoma corretamente denominada Direito Comunitário. Todavia, no presente estudo, não estarei discorrendo

* Texto de palestra apresentada por ocasião do XVIII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, em 23-5-97.

sobre tal aspecto da análise jurídica do problema integracionista, deixando-o para uma ocasião mais propícia.

É sabido que o atual sistema comercial mundial move-se em duas direções - regional e plurilateral - Integração regional é a forma de integração que procuraremos enfocar durante a presente exposição, mesmo porque, esta forma de integração é a que mais resultados positivos tem apresentado em um curto período de tempo. Vale ainda ressaltar que as negociações plurilaterais continuam e, em certas áreas, são mais importantes e benéficas que os acordos regionais negociados diretamente entre duas ou mais nações.

Neste contexto, a parte da matéria sobre a qual coube-me discorrer, ainda que brevemente, diz respeito à OMC¹ e como este órgão analisa tais formas integracionistas, para posteriormente declará-las aceitáveis ou não.

Inicialmente, gostaria de definir melhor o que vem a ser o *fenômeno integracionista* que estaremos estudando e para tanto permito-me transcrever o seguinte texto:

Normalmente, tem-se a impressão de que o estudo da integração regional é o mesmo que o estudo de cooperação regional, ou organizações regionais, ou de sistemas regionais e seus subsistemas, ou de regionalismo. Todos estes termos são muito usados. Eles compõem a incerteza generalizada de que os conquistadores regionais e construtores de nações efetivamente seriam atores no palco da integração regional. Desta forma, para delimitar este campo, devemos enfatizar que o estudo de integração regional é único e diferente de todos os estudos sistemáticos anteriores de unificação política, vez que este se limita a esforços não coercitivos. O estudo do federalismo, unificação nacional e construção de impérios ou nações, recorre, necessariamente, ao uso da força por parte do federalizador ou do agente catalítico - a elite colonizadora, conquistadores militares ou Estados buscando uma

¹ OMC - Organização Mundial do Comércio (em inglês, WTO - World Trade Organization - Sucessora do GATT - General Agreement on Trade and Tariffs)

hegemonia. Nossa tarefa é explicar a integração entre as nações sem termos de recorrer a estes agentes históricos, não porque estes não tenham sido importantes, mas sim, porque eles nos dão uma explicação muito simples e comprometida com o tempo. O desejo dominante dos estudiosos modernos, de integração regional, é explicar esta tendência como sendo uma criação voluntária de unidades políticas maiores, as quais individualmente e conscientemente evitam o uso da força nas relações entre as unidades participantes e grupos².

A história já nos mostrou diversos exemplos de movimentos regionalistas, como: a criação de uma Europa unida, as guerras de conquista na Ásia, as grandes conquistas no *Novo Mundo* e as batalhas de personagens famosos, como Gengis Khan, Julius Cesar, Napoleão e Adolf Hitler, entre outros. No hemisfério sul, o sonho da América unificada foi defendido por Simon Bolívar, San Martin e outros. Porém, guerras movidas pela vaidade do conquistador ou sem um embasamento maior, sem um ideal, mostraram a inviabilidade desta forma de unificação forçada, vez que, invariavelmente, a força invasora fora derrotada por revoltas locais.

Nos supra citados casos, quando uma força invasora estabelecia-se nos territórios ocupados, com o passar do tempo, o Estado Soberano ficava, sem exceções, muito vulnerável. Este não mais poderia garantir a proteção do cidadão que, devido à submissão involuntária, ou por razões sócio-culturais, não se identificava com o invasor. A modalidade bilateral ou multilateral, baseada em contratos, também mostrou-se insuficiente pois não era abrangente o suficiente diante dos anseios da casta econômica das nações participantes, nem da velocidade imprimida pelo comércio e pelas relações internacionais, neste momento, as negociações internacionais passaram a basear-se em princípios de interdependência recíprocas.

² Tradução livre do texto original em inglês - Haas, Ernst B. - *The Study of Regional Integration in* Lindberg, Leon N., e Scheingold, Stuart A. - *Regional Integration, Theory and Research* - Harvard University Press - Cambridge - 1971 - p. 4.

Derivados desta necessidade de interdependência e negociação plurilateral, após a II Guerra mundial, surgiram alguns órgãos supranacionais, em substituição a órgãos anteriormente criados, mas ineficientes ou inoperantes; entre eles a ONU e a “Carta de Havana” de 1947, que, originariamente, deveria constituir-se em um órgão com representação efetiva, (a Organização Internacional do Comércio) e que veio a dar origem ao GATT.

Ao GATT, hoje revestido de personalidade jurídica e forma associativa de organismo internacional, denominado OMC, entidade de âmbito plurilateral encarregado do estudo e elaboração de normas atinentes ao comércio internacional e seus óbices, cabe analisar e aprovar a adoção, por países membros, de tratados regionais de livre comércio, preferências recíprocas³ ou de uniões aduaneiras, aprovando-os, caso não afrontem os princípios basilares de seu tratado constitutivo, o GATT 1947, com suas posteriores alterações. Ou seja, qualquer área preferencial em constituição deverá ser consistente com os parâmetros legais atualmente adotados pela OMC.

O GATT, como é sabido, foi um acordo comercial plurilateral que visava reduzir ou eliminar as barreiras ao comércio mundial, fossem elas tarifárias ou não tarifárias e, na análise de processos integracionistas, este ainda é seu paradigma. O princípio

³ A despeito de sua previsão no GATT 1947, não estaremos analisando neste trabalho implicações relativas aos sistemas preferenciais. Contudo, a título elucidativo:

Conforme explicação de um renomado negociador norte-americano: *A União Aduaneira cria uma área comercial mais larga, remove obstáculos à concorrência, possibilita uma alocação maior de recursos econômicos e, conseqüentemente, opera no sentido de possibilitar um crescimento na produção aumentando os padrões de vida. Um sistema preferencial, por outro lado, mantém barreiras internas, obsta a economia na produção e dificulta o crescimento de receitas e da procura. Ele é criado para conferir aos produtores internos um privilégio e criar uma barreira à concorrência internacional. A União Aduaneira conduz à expansão do comércio em bases multilaterais e não discriminatórias; um sistema preferencial não.* (Wilcox, 1949, pp 70-71) *Ao introduzir estas provisões nas negociações de 1946, o delegado norte-americano declarou que: ‘Unões Aduaneiras eram desejáveis, desde que não provocassem quaisquer desvantagens a outros países, em comparação ao comércio destes antes de efetivar-se a União Aduaneira’, e que, ‘esta é uma cláusula padrão a todos os Tratados comerciais.* (Documentação das Nações Unidas E/PC/T/C.II/38) [Tradução Livre].

Nota de Rodapé *In Regionalism and The World Trading System*; World Trade Organization; Genebra; 1995; p. 8.

fundamental do GATT, que ainda hoje subsiste, sob a égide da OMC, é a cláusula de Nação Mais Favorecida (NMF).

De acordo com a Cláusula NMF, nenhum Estado-Membro pode tratar o comércio com qualquer outro país *seja ele parte do GATT ou não* de forma preferencial, sem estender incondicionalmente a outro Estado-Membro, os mesmos benefícios.

Poderíamos então assumir que, de acordo com o GATT, os acordos regionais de integração se constituem em exceção à regra, uma vez que, qualquer benefício de redução de tarifas ou eliminação de quotas de importação deveria, obrigatoriamente e incondicionalmente, ser estendido a outros Estados-Membros.

Como estaremos analisando a seguir, tais acordos regionais, a despeito de serem considerados exceções, não se constituem em contradição aos princípios da NMF, vez que são previstos e regulamentados e seus resultados, na prática, não contradizem o espírito que o antigo GATT buscava preservar, ou seja, a ampliação do comércio internacional.

Neste sentido, e em algum de seus aspectos, não se pode discutir que a integração regional é uma exceção à regra do GATT 1947. O Artigo XXIV concede aos Estados-Membros a prerrogativa de negociar regionalmente tais acordos preferenciais, sem necessariamente terem de submeter-se à regra da NMF, beneficiando-se, ainda assim, em acordos regionais e outros acordos firmados junto a terceiros países, na esfera do GATT.

Diante desta realidade incontestada, muito se discute quanto ao cabimento ou não de tais exceções à regra fundamental do GATT. No entanto, o fato que temos de confrontar e ater-nos é de que os acordos regionais têm se proliferado, e muito, anteriormente com o respaldo do GATT e, atualmente, da OMC.

Todavia, de acordo com um estudo recém-publicado⁴ pela OMC, a presente onda de regionalismo aberto insere-se num contexto particularmente favorável, vez que a *eliminação gradual*

⁴ Ruggiero, Renato - Implications for Trade in a Borderless World - WTO World Trade Congress - Singapura - Abril de 1996.

das barreiras comerciais internas dos membros dos blocos (i.e., APEC e MERCOSUL), estão sendo implementadas, mais ou menos na mesma faixa e, contemporaneamente, à eliminação de barreiras comerciais aos países não membros, compatibilizando tais iniciativas de integração mistas não só com a OMC, mas também com a regra NMF.

O art. XXIV do GATT 1947, conforme iremos examinar adiante, estabelece as regras e as condições impostas aos Estados-Membros para que estes possam, validamente, participar de tais formas integracionistas.

Nem todo acordo negociado por Estados-Membros é necessariamente aprovado pela OMC. Somente aqueles aprovados pela OMC (e anteriormente pelo Secretariado do GATT) que efetivamente consolidam-se. As regras do Art. XXIV, conforme veremos, não são exatamente precisas. O fato é que, até 1994, somente 6 (seis) dos 69 (sessenta e nove) grupos de trabalho instaurados, para verificar a adequação dos acordos regionais às regras do artigo XXIV, chegaram a decisões unânimes.⁵

Esta ambigüidade inicial do GATT, talvez tenha sido favorável ao comércio mundial, vez que muitos entendem que, se fosse feita uma análise minuciosa de cada acordo negociado e levado à apreciação do então GATT, a própria Comunidade Econômica Européia não seria aprovada e os Estados Unidos dariam respaldo a tal decisão.⁶

A matéria torna-se ainda mais inóspita quando o acordo de integração regional é firmado nos termos da *Cláusula Possibilitadora (Enabling clause)*,⁷ que prescreve uma fiscalização

⁵ Relatório *Regionalism and the World Trading System* - WTO - Geneva - Abril de 1995 - p. 03

⁶ Snape, Richard H. - History and Economics of GATT's Article XXIV - in *Regional Integration and the Global Trading System* - Anderson, Kim e Blackhurst Richard - Harvester Wheatsheaf - Londres - 1993 - p. 285.

⁷ A *Cláusula Diferential and More Favourable Treatment Reciprocity and Fuller Participation of Developing Countries* negociada e acordada na Rodada de Tokio do GATT determina que, a despeito do contido no Artigo I do Acordo Geral, as partes contratantes podem negociar acordos diferenciais e tratamento mais favorável a países em desenvolvimento, sem precisar estender estes benefícios a terceiros países.

distinta, e menos criteriosa, para acordos firmados entre países em vias de desenvolvimento. Estes processos integracionistas geram ainda mais problemas para uma eventual aprovação por parte da OMC, pois a interpretação das regras aplicáveis a tais acordos, por falta de clareza destas, é muito mais difícil que a interpretação da norma geral contida no Artigo XXIV.⁸

O próprio Mercosul, ao que nos consta, até o presente momento, ainda é objeto de estudos de um painel da OMC, que ainda não se pronunciou a respeito do mesmo.

Estaremos inserindo abaixo, transcrição de partes relevantes do Art. 24 da Lei 313 de 30.07.1948, o GATT 1947, para posteriormente comentar seus aspectos mais marcantes.

ARTIGO 24

Aplicação territorial - Tráfego⁹ fronteiriço - Uniões Aduaneiras e Zonas de livre troca.

1. As disposições do presente Acordo aplicar-se-ão ao território aduaneiro metropolitano das partes contratantes assim como a qualquer outro território aduaneiro, a respeito do qual o presente Acordo tenha sido aceito nos termos do ART.26 ou seja aplicado em virtude do ART.33 ou de acordo com o Protocolo de Aplicação Provisória. Cada um desses territórios aduaneiros será considerado como se fosse uma parte no Acordo, exclusivamente para fins de aplicação territorial desse Acordo, com a condição de que as estipulações do presente parágrafo não serão interpretadas como estabelecendo os direitos e obrigações entre dois ou vários territórios aduaneiros, a respeito dos quais o presente Acordo tenha sido aceito nos termos do art. 26 ou seja

⁸ Também não estaremos analisando no presente artigo tais implicações vez que estas fogem ao tema específico do presente estudo.

⁹ A expressão *tráfego* foi erroneamente usada em lugar de *Tráfego*, vez que o Brasil adotou a tradução Portuguesa do texto do GATT.

aplicado em virtude do art. 33 ou na conformidade do Protocolo de Aplicação Provisória, por uma só parte contratante.

2. Para os fins de aplicação do presente Acordo, entende-se por território aduaneiro todo o território para o qual tarifas aduaneiras distintas ou outras regulamentações aplicáveis às trocas comerciais sejam mantidas a respeito de outros territórios para uma parte substancial do comércio do território em questão.

3. As partes contratantes reconhecem ser desejável aumentar a liberdade do comércio, desenvolvendo, por meio de acordos livremente concluídos, uma integração mais estreita das economias dos países participantes desses acordos. Reconhecem, igualmente, que o estabelecimento de uma união aduaneira ou de uma zona de livre troca, deverá ter por objeto facilitar o comércio entre as partes componentes e não opor obstáculos ao comércio de outras partes contratantes com essas.

4. Em consequência, as disposições do presente Acordo não se oporão à formação de uma união aduaneira entre os territórios das partes contratantes ou ao estabelecimento de uma zona de livre troca ou à adoção de acordo provisório necessário para a formação de uma união aduaneira ou de uma zona de livre troca, com a condição de que:

a) no caso de uma união aduaneira ou de um acordo provisório concluído visando à formação de uma união aduaneira, os direitos aduaneiros, estabelecidos no momento da formação dessa união ou da conclusão desse acordo provisório, não serão, no seu conjunto, no que respeita ao comércio com as partes contratantes estranhas as tais uniões ou acordos, de uma incidência geral mais elevada, nem os regulamentos de trocas comerciais mais rigorosos, que os direitos e as regulamentações aplicáveis às trocas comerciais nos territórios constitutivos dessa união, antes da formação de tal união ou da conclusão do acordo segundo o caso;

b) no caso de uma zona de livre troca ou de um acordo provisório concluído visando a formação de uma zona de livre troca, os direitos aduaneiros mantidos em cada território constitutivo, no que respeita ao comércio das partes contratantes que não fazem parte de um tal território ou que não participam de tal acordo, no momento da formação da zona ou da conclusão do acordo provisório, não serão mais elevados, nem as outras regulamentações de trocas comerciais mais rigorosas que os direitos e regulamentações correspondentes existentes nos mesmos territórios da formação dessa zona ou da conclusão do acordo provisório segundo o caso;

c) e com a condição de que todo acordo provisório, tendo em vista as alíneas a e b, compreenda um plano e um programa para a formação de uma união aduaneira ou o estabelecimento de uma zona de livre troca num prazo razoável.

5. a) Toda parte contratante que resolva participar de uma união aduaneira ou de uma zona de livre troca ou de um acordo provisório, concluído para o estabelecimento de tal união ou de tal zona, comunicará sem demora às Partes Contratantes e lhes fornecerá, a respeito dessa união ou dessa zona, todas as informações que lhes permitam endereçar às partes contratantes os relatórios e recomendações que julgarem apropriados;

b) se, depois de ter estudado o plano e o programa previstos no acordo provisório de que trata o parágrafo 5, de acordo com as partes deste acordo, e ter devidamente em conta as informações fornecidas nos termos da alínea "a", as Partes Contratantes verificarem que o acordo não é suscetível de resultar em uma união aduaneira ou no estabelecimento de uma zona de livre troca, nos prazos previstos pelas partes de acordo, ou que tais prazos não sejam razoáveis, farão recomendações às partes do acordo. As partes não manterão nem porão em vigor, conforme o caso, tal acordo, se não

estiverem dispostas a modificá-lo, tendo em vista essas recomendações.

c) Qualquer modificação substancial do plano ou do programa previsto na alínea "c" do parágrafo 5 deverá ser comunicada às Partes Contratantes, que poderão pedir às partes contratantes interessadas que a consultem, se a modificação parecer suscetível de comprometer ou retardar, indevidamente, a formação da união aduaneira ou o estabelecimento da zona de livre troca.

6. Para fins de aplicação do presente Acordo:

a) entende-se por união aduaneira, a substituição, por um só território aduaneiro, de dois ou mais territórios aduaneiros, de modo que:

(i) os direitos aduaneiros e outras regulamentações restritivas das trocas comerciais (com exceção, na medida necessária, das restrições autorizadas nos termos dos artigos 11, 12, 13, 14, 15 e 20) sejam eliminados para a maioria das trocas comerciais entre os territórios constitutivos da união, ou ao menos para a maioria das trocas comerciais relativas aos produtos originários desses territórios;

(ii) e à exceção das disposições do parágrafo 9 os direitos aduaneiros e outras regulamentações idênticas em substância sejam aplicadas, por qualquer membro da união, no comércio com os territórios não compreendidos naqueles;

b) entende-se por zona de livre troca dum grupo de dois ou mais territórios aduaneiros entre os quais os direitos aduaneiros e outras regulamentações restritivas das trocas comerciais (com exceção, na medida necessária, das restrições autorizadas nos termos dos artigos 11, 12, 13, 14, 15 e 20) são eliminados para a maioria das trocas comerciais relativas aos produtos originários dos territórios constitutivos da zona de livre troca.

7. As preferências previstas no parágrafo 2 do ART.1 não serão afetadas pela formação de uma união aduaneira ou

pelo estabelecimento de uma zona de livre troca; poderão, entretanto, ser eliminadas ou ajustadas por via de negociação com as partes contratantes interessadas. Este procedimento de negociação com as partes contratantes se aplicará notadamente na eliminação das preferências necessárias para que os dispositivos das alíneas "a", (i) e "b" do parágrafo 8 sejam observadas.

8. As Partes Contratantes poderão, por decisão tomada por maioria de dois terços, aprovar as propostas que não estejam inteiramente de acordo com as disposições dos parágrafos 5 e 9, inclusive, com a condição de que elas visem à formação de uma união aduaneira ou ao estabelecimento de uma zona de livre troca, no sentido do presente artigo. (Grifamos)

Primeiramente, cabe ressaltar que a relevância de tal análise detalhada, visando a uma aprovação, para a OMC, torna-se imprescindível somente em se tratando de União Aduaneira ou Acordo de Livre Comércio *imperfeito*, pois, não havendo discrepâncias entre as tarifas praticadas dentro do território considerado, não há de se falar em distinções para com terceiros. Nesses casos, o tratamento ao comércio entre membros é um, e o tratamento externo é outro, este sim sujeito às normas genéricas da OMC, mas, no comércio externo, sempre será aquele estabelecido pela *Tarifa Externa Comum*, no caso de uniões aduaneiras. Nas áreas de *livre comércio*, o tratamento será sempre o mesmo para o comércio entre países membros (limitado aos produtos produzidos internamente) e países não membros.

Em suma, sendo o *Espaço* uniforme nas tratativas internas, e não havendo discrepâncias em como a região trata o comércio com terceiros, este espaço é efetivamente uma área equânime de regras determinadas e pode assim ser tratado pela OMC. Grosso modo, poderíamos dizer que à OMC, o espaço alcança *status* de Estado. Nos termos do Art. XXIV *supra*, houve uma substituição de dois ou mais territórios aduaneiros por *um só território aduaneiro*. Para as áreas de livre comércio, este princípio aplica-se somente no comércio entre membros. Cada Estado mantém-se soberano para comerciar com terceiros.

Assim, a discussão ganha relevo, nos processos imperfeitos como o Mercosul, uma união aduaneira imperfeita, no âmbito da qual, mesmo dentro do bloco, negociações são feitas diariamente, para incluir exceções a produtos produzidos ou importados por determinado Estado-Membro, ou são criadas barreiras não tarifárias, ao comércio entre os Estados-Membros. O princípio basilar da OMC é incrementar o comércio mundial. Assim, qualquer tipo de barreira criada e que dificulte tais intentos será condenada.¹⁰

Outro mito que deve ser desfeito é de que somente são analisados acordos realizados por países *limitrofes, fronteiriços*. A contigüidade territorial é talvez o maior caracterizador de afinidades entre nações, para fomentar a criação de um acordo de livre comércio ou união aduaneira, mas não um pré-requisito.¹¹

A necessidade supra elencada de que o acordo deva abranger *substancialmente todo o comércio* é também um empecilho a uma decisão unânime dos painéis que analisam os processos integracionistas, pois, por não haver uma definição de *substancialmente todo o comércio*, e sabendo que este requisito refere-se ao escopo da liberalização, a ser alcançada pelos membros de uma União Aduaneira ou Área de Livre Comércio, não se pode precisar se o que deve ser analisado são as restrições qualitativas ou quantitativas.

A *Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT*,¹² em seu Anexo 1(A), introduziu um número de definições necessárias para criar padrões para conduzir a análise de adequação e viabilidade dos acordos negociados no âmbito da OMC. Estes passam a basear-se no *exame global da média ponderada das tarifas e taxas alfandegárias cobradas*. O Prazo razoável de tempo para a formação ou estabelecimento de uma união aduaneira, ou área de

¹⁰ Neste sentido, ler supra o § 4 do Art. XXIV.

¹¹ Neste sentido, o Acordo de Livre Comércio EUA-Israel, a APEC e o Acordo Quadro Mercosul-União Européia são exemplos.

¹² Ata de Marrakesh, o Acordo Constitutivo da OMC - Decreto nº 1.355 de 30-12-94.

livre comércio, passa a ser de 10 (dez) anos¹³ e diversos outros critérios e atribuições foram criados ou fixados.

Temos então que os diversos movimentos integracionistas, realidade incontestável, fruto da constante globalização do comércio e das relações sociais internacionais, incluem-se perfeitamente, e legalmente, no contexto em que as entidades internacionais, tais quais a OMC e a ONU se inserem e buscam fomentar.¹⁴ No entanto, apesar da coexistência de acordos de integração regional com as normas estabelecidas pelas entidades anteriormente mencionadas (mormente a OMC) terem sido satisfatória e, apesar da orientação básica estabelecida pelas regras supra mencionadas não terem recebido da comunidade jurídica internacional as críticas necessárias, resta claro que sua forma não é a ideal¹⁵ e que merece novas reformas¹⁶ a serem discutidas nos próximos encontros realizados pela OMC.

¹³ Mediante solicitação justificada pode ser estendido pelo Conselho da OMC.

¹⁴ Neste sentido:

At its eight session, the United Nations Conference on Trade and Development recognized that large economic spaces could foster competitiveness, contribute to trade liberalization and help impart new dynamism to international trade, and agreed that the evolution and consequences of the emerging enlarged economic spaces and regional integration processes were to be among the areas on which future work of UNCTAD should focus (para. 63 (3) of the Cartagena Commitment).

In UNCTAD REPORT; Evolution and Consequences of Economic Spaces and Regional Integration Processes; TD/B/40(1)7; 23 July, 1993.

¹⁵ *O sinal mais óbvio que as regras e procedimentos não estão funcionando a contento é o fato de que, dos 69 Grupos de Trabalho (Working Parties) instaurados que haviam completado seus exames até o final do ano de 1994, somente 6 foram capazes de decidir consensualmente quanto a adequação de União Aduaneiras e Áreas de Livre Comércio às condições estabelecidas pelo Art. XXIV. (Tradução Livre). In Regionalism and The World Trading System; World Trade Organization; Genebra; 95; p. 3.*

¹⁶ *A despeito de um grande número de acordos notificados sob o Art. XXIV, e da ausência de consenso quanto a sua compatibilidade com o GATT em virtualmente todos os painéis de exame (Working Parties), tratamento preferencial concedido e notificado de acordo com as regras do Art. XXIV foram tema de somente três procedimentos de solução de controvérsias na história do GATT. Dois desses ocorreram nos últimos dois anos e os três envolveram a Comunidade Européia como Ré. Em todos os casos, o fornecedor preferenciado bloqueou o consenso na adoção do relatório pelo Conselho, e os relatórios ainda não foram adotados. In Regionalism and The World Trading System; World Trade Organization; Genebra; 1995; p. 17.*